

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

EDITAL EQT N° 2/2023



QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL PARA PERITO CONTÁBIL

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



PROVA: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL PARA PERITO CONTÁBIL**QUESTÕES OBJETIVAS****Questão 01**

Tendo por base as disposições da Resolução CFC nº 1.590/2020, que regulamenta a obrigatoriedade do contrato de prestação de serviços contábeis e dá outras providências, no que tange especificamente ao contrato em comento, assinale a afirmativa correta.

- A) Deverá prever a possibilidade de rescisão unilateral, sem aviso prévio ou multa, por quaisquer das partes.
- B) As relações contratuais firmadas a partir de 15/12/1998 deverão ser, obrigatoriamente, por escrito e nos termos e condições da proposta acordada entre as partes.
- C) Deverá conter cláusula especificando a ciência do contratante em relação às disposições da Lei nº 10.451/2002, que promoveu alterações na legislação tributária federal.
- D) A identificação das partes contratantes, a explicitação do prazo da relação contratual e a especificação de quais serviços serão executados pelo contratante são cláusulas facultativas.
- E) Deverá estabelecer que o rompimento do vínculo contratual não implica a celebração obrigatória de distrato entre as partes ou mesmo a necessidade de notificação por parte do profissional de contabilidade, ficando o cliente contratante responsável por todos os resultados da prestação de serviços.

Questão 02

O contador deverá atender a um conjunto de normas e regras que orientam sua conduta ética no exercício de sua atividade, nos assuntos relacionados à profissão e à classe contábil, estabelecidas no Código de Ética Profissional do Contador e em legislação pertinente. Considerando a temática, analise os cenários a seguir.

- I. A confidencialidade das informações obtidas durante a execução dos trabalhos periciais em uma ação de partilha de bens por divórcio foi mantida pelo perito do juízo de forma rigorosa durante todo o processo e, mesmo após o encerramento da lide, nenhum dado foi compartilhado com partes não autorizadas ou não previstas em lei.
- II. O contador, nomeado como perito do juízo em uma ação de determinação do valor patrimonial de uma empresa, após falecimento de um dos sócios, se reuniu com os assistentes técnicos, mas não apresentou o plano de trabalho e, ao abordar um tópico complexo sobre o processo, não oportunizou que referidos profissionais expusessem seus pontos de vista, desconsiderando as opiniões dos colegas.
- III. O contador, nomeado como perito do juízo em um processo de cobrança judicial, tem seu irmão postulando como advogado do requerente; por isso, manifestando existência de impedimento para assumir o encargo e realizar os trabalhos periciais do referido processo.
- IV. O perito do juízo, nomeado em uma ação de execução fiscal, seguindo as práticas da perícia contábil, realizou uma investigação minuciosa e independente, inclusive tendo rastreado e obtido dados de registros que estavam incompletos.
- V. O perito do juízo, nomeado em processo trabalhista, na emissão de laudo pericial, incluiu interpretações e argumentos a favor do requerente de acordo com sua tendência ideológica pessoal sobre a justiça em relação ao objeto do trabalho.

Considerando o disposto na NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador e na Lei nº 13.105/2016 – Código de Processo Civil, está correto o que se afirma apenas em

- A) III e V.
- B) I, III e IV.
- C) II, III e V.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, II, IV e V.

Questão 03

Analise as assertivas a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. “Um contador pode estar inscrito no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade e no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPC) do Conselho Federal de Contabilidade e exercer as duas atividades.”

PARA TANTO

- II. “Deve cumprir a pontuação exigida para cada categoria/habilitação ao cumprimento da educação continuada, a qual está obrigado.”

De acordo com o disposto na NBC PG 12 (R3) – Educação profissional continuada, assinale a alternativa correta.

- A) A primeira afirmativa está incorreta e segunda correta.
- B) A primeira afirmativa está correta e a segunda incorreta.
- C) Ambas as afirmativas estão corretas e a segunda explica a primeira.
- D) Ambas as afirmativas estão incorretas e não possuem relação entre si.
- E) Ambas as afirmativas estão corretas, mas a segunda rechaça a primeira.

Questão 04

Excetuando os casos previstos em lei, a perícia contábil é uma atividade privativa do bacharel em ciências contábeis, aprovado no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, com registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade, aprovado, também, no Exame de Qualificação Técnica e registrado no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis, que cumpra o Programa de Educação Continuada, disponha de capacidade técnica, profissional e científica acerca do assunto do objeto destinado, seja independente no exercício da função, realize qualificações constantes para manter-se atualizado perante as normas brasileiras de contabilidade e legislação pertinente. O perito contábil, como profissional da contabilidade, está sujeito, também, aos princípios fundamentais de ética previstos na NBC PG 100 – Cumprimento do Código, dos princípios fundamentais e da estrutura conceitual. Com base na referida norma e sob a ótica da necessidade de o perito contador atender ao princípio da competência profissional e devido zelo, analise as afirmativas a seguir.

- I. É requerido que o profissional tenha conhecimento na área do objeto da perícia, a fim de se obter bom desempenho e um trabalho pericial de qualidade.
- II. O profissional de contabilidade deve desconsiderar a tomada de decisões assertivas e rápidas como uma capacidade necessária no desenvolvimento de suas atividades.
- III. O profissional de contabilidade precisa ter conhecimento e habilidades necessários para desempenhar suas funções com competência.
- IV. É importante estar preparado para lidar com questões técnicas complexas, mas, mesmo sem a devida capacidade, não deve buscar orientação e consulta a especialistas.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 05

Considerando as disposições da Resolução CFC nº 1.328/2011, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) são classificáveis em normas profissionais (NBC PG, NBC PA, NBC PI, NBC PP) e normas técnicas (NBC TG, NBC TSP, NBC TA, NBC TR, NBC TO, NBC TSC, NBC TI, NBC TP, NBC TASP). Um contador, no exercício da função de perito contábil, está sujeito às seguintes determinações:

1. Etapas para realização da perícia: planejamento; termos e atas; execução; laudo pericial contábil e parecer pericial contábil.
2. Conduta no exercício da perícia: impedimentos profissionais; responsabilidade; zelo profissional; plano de trabalho e honorários.
3. Conduta em relação aos colegas de classe: consideração; respeito; apreço; solidariedade; não fazer referências desabonadoras ou prejudiciais sobre colegas.
4. Educação Profissional Continuada (EPC).
5. Exame de Qualificação Técnica para Perito Contábil.

Considerando as disposições contidas na Resolução CFC nº 1.328/2020 e no conteúdo das normas nela citadas, assinale a afirmativa correta.

- A) As determinações descritas em 1 se referem à NBC TP 01 (R1) – Perícia contábil: norma técnica aplicável aos trabalhos de perícia.
- B) As determinações descritas em 3 estão na NBC PP 01 (R1) – Perito contábil: norma técnica aplicável à execução dos trabalhos e obriga aos contadores indistintamente.
- C) As determinações descritas em 2 são tratadas na NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador: norma profissional aplicável aos contadores que atuam como peritos contábeis.
- D) As determinações descritas em 5 são tratadas na NBC PP 02 – Exame de Qualificação Técnica para Perito Contábil: de norma profissional de cumprimento voluntário aos contadores que pretendem atuar como peritos contábeis.
- E) As determinações descritas em 4 são conteúdo da NBC PG 12 (R3) – Educação Profissional Continuada: norma profissional de cumprimento obrigatório apenas para os profissionais de contabilidade que atuam como peritos contábeis.

Questão 06

Determinado perito contábil foi nomeado para conduzir trabalhos periciais relacionados à investigação de fraude financeira em uma grande empresa. Ao investigar as finanças da instituição, o perito obteve evidências sólidas de fraude que incluíam manipulação de números e ocultação de ativos, podendo gerar grandes prejuízos para os acionistas, investidores, credores, funcionários e comunidade em geral da empresa, bem como deterioração do nicho de mercado local no qual opera. Considerando que “uma característica da profissão contábil é a aceitação da responsabilidade de agir no interesse público” (NBC PG 100 – R1) e que “a perícia contábil advém do propósito de consecução da função social da contabilidade” (SÁ, 2002), diante do cenário apresentado, a ação imediata, tendo em vista a prioridade do perito, deverá ser:

- A) Encerrar a investigação discretamente, uma vez que a empresa pode ser um cliente valioso futuramente.
- B) Ignorar a fraude, pois não é responsabilidade do perito contábil se envolver em questões legais ou regulatórias.
- C) Orientar a empresa para realizar uma reestruturação interna visando resolver a fraude, sem relatar a situação às autoridades.
- D) Divulgar as evidências da fraude às autoridades regulatórias e órgãos competentes, visando proteger os interesses públicos e garantir a transparência.
- E) Relatar a fraude apenas aos acionistas da empresa e desconsiderar os demais *stakeholders*, pois o perito os julga como os principais afetados pela situação.

Questão 07

Considerando as disposições da NBC TP 01 (R1) – Perícia contábil, o procedimento que o perito-contador deverá adotar quando, em virtude de determinação judicial, e sem realização de audiência, for necessário efetuar esclarecimentos sobre as conclusões existentes em laudos ou pareceres periciais apresentados no bojo do processo, é:

- A) Desistir da perícia, alegando impossibilidade de solucionar o litígio.
- B) Esclarecer, por escrito, os pontos julgados obscuros ou imprecisos pelo judiciário.
- C) Pedir a manifestação do perito-contador assistente, para que ele emita um novo parecer.
- D) Apresentar petição esclarecendo os pontos julgados necessários, fundamentando a conclusão.
- E) Convocar uma audiência de conciliação entre as partes, buscando um acordo sobre os pontos divergentes.

Questão 08

A correta interpretação das disposições contidas na NBC PP 01 (R1) – Perito contábil, considera que a forma de remuneração do perito-contador em perícia contábil judicial se refere a honorários

- A) *ad exitum* (por êxito).
- B) sucumbenciais *ad exitum*.
- C) *pro labore* (pelo trabalho).
- D) proporcionais ao valor da causa.
- E) sucumbenciais (sob responsabilidade da parte perdedora).

Questão 09

De acordo com a NBC TP 01 (R1) – Perícia contábil, assinale o documento que o perito-contador elabora para registrar o que é debatido e deliberado em reuniões realizadas pelo perito com os assistentes das partes e como é disponibilizado, respectivamente.

- A) Ata; aos assistentes técnicos e envio aos advogados das partes.
- B) Termo de diligências; aos assistentes técnicos juntamente com o laudo.
- C) Relatório de diligências; aos assistentes técnicos juntamente com o laudo.
- D) Ata; ao perito-contador e aos assistentes técnicos juntamente com o laudo.
- E) Relatório de diligências; aos assistentes técnicos e envio aos advogados das partes.

Questão 10

De acordo com a NBC TP 01 (R1) – Perícia contábil, o procedimento que o assistente técnico poderá adotar ao verificar que o laudo pericial contábil apresentado pelo perito do juízo contém erros, omissões ou distorções que possam afetar a decisão judicial é:

- A) Informar ao juiz que desistiu da assistência técnica, alegando falta de confiança no trabalho do perito do juízo.
- B) Apresentar uma manifestação nos autos do processo e solicitar ao juiz a anulação do laudo pericial contábil e a nomeação de outro perito do juízo.
- C) Convocar uma audiência de esclarecimentos com o perito do juízo, as partes e o juiz, para expor erros, omissões ou distorções e buscar uma solução consensual.
- D) Determinar a manifestação do perito oficial para que ele emita um laudo pericial contábil complementar para discorrer sobre inconsistências apontadas pelo parecer que possam comprometer laudos judiciais.
- E) Apresentar um parecer técnico contábil, apontando erros, omissões ou distorções e fundamentando a sua discordância com o laudo pericial contábil; solicitar ao juiz que, salvo melhor juízo, determine que sejam tomadas as providências cabíveis para que o perito preste os esclarecimentos julgados necessários.

Questão 11

Determinada sociedade empresária obteve um empréstimo bancário no valor de R\$ 2.000.000,00, com taxa contratual prefixada de juros compostos de 10% ao ano. O empréstimo foi liberado pela instituição financeira no dia 31/12/2021 e será pago em 5 parcelas iguais e anuais de R\$ 533.023,50, tendo em vista que a primeira parcela vence no dia 31/12/2022. Para obter empréstimo, a sociedade empresária incorreu em custos de transação no valor total de R\$ 30.000,00, pagos no momento da liberação dos recursos, ocasionando custo efetivo da operação de 11% ao ano. Considerando que a sociedade empresária efetuou o pagamento da primeira parcela na data do vencimento (31/12/2022):

- A) O valor dos encargos financeiros reconhecidos no resultado em 2022 foi de R\$ 200.000,00.
- B) O valor dos encargos financeiros reconhecidos no resultado em 2022 foi de R\$ 230.000,00.
- C) O valor dos encargos financeiros reconhecidos no resultado em 2022 foi de R\$ 533.023,50.
- D) O saldo total das contas contábeis referentes ao empréstimo no passivo exigível (circulante e não circulante) do balanço patrimonial em 31/12/2022 foi de R\$ 1.870.376,50.
- E) O saldo total das contas contábeis referentes ao empréstimo no passivo exigível (circulante e não circulante) do balanço patrimonial em 31/12/2022 foi de R\$ 1.666.976,50.

Questão 12

Da demonstração do resultado do exercício findo em 31/12/2022 de determinada indústria, optante do lucro real, foram extraídas determinadas informações; analise-as.

- Receita de equivalência patrimonial (não tributável): R\$ 100.000,00;
- Despesas com provisão para processos judiciais trabalhistas (não dedutíveis – temporárias): R\$ 180.000,00;
- Despesas com multas (não dedutíveis): R\$ 20.000,00;
- Lucro contábil antes dos tributos sobre o lucro: R\$ 300.000,00.

A indústria apresenta sólido histórico de lucratividade e um orçamento criterioso que também prevê a apuração de lucros tributáveis nos próximos cinco anos. Com base exclusivamente nas informações apresentadas e, ainda, considerando o disposto na NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o lucro, o lucro líquido (contábil) da indústria, no exercício findo em 31/12/2022, tendo em vista a alíquota fixa de tributos sobre o lucro de 34%, foi de:

- A) R\$ 130.000,00.
- B) R\$ 164.000,00.
- C) R\$ 225.200,00.
- D) R\$ 232.000,00.
- E) R\$ 266.000,00.

Questão 13

Em 01/01/2021, determinada transportadora de cargas adquiriu novos veículos e iniciou imediatamente o uso da frota. Para o cálculo da depreciação dos veículos, foram consideradas as seguintes informações; analise-as.

- Custo de aquisição: R\$ 3.000.000,00;
- Vida útil estimada: 5 anos;
- Valor residual: 10% do custo de aquisição;
- Método linear de depreciação.

Após um ano de uso, a administração da transportadora decidiu retirar a frota de uso e destiná-la à venda. Conseqüentemente, em 31/12/2021, os veículos da frota foram transferidos (reclassificados) do ativo imobilizado para a rubrica Ativo não circulante mantido para venda. Adicionalmente, em 31/12/2021, a administração apurou que o valor justo desse grupo de ativos era de R\$ 2.650.000,00 e as despesas de venda a serem incorridas em sua alienação eram de R\$ 150.000,00. Em setembro de 2022, devido a mudanças relevantes nos indicadores econômicos do país, que impactaram o segmento de transportes de cargas, a administração da transportadora decidiu reintegrar os veículos para uso, desistindo da venda. A frota foi reintegrada para uso em 30/09/2022, quando também foi avaliado que o valor recuperável do grupo de ativos era de R\$ 2.100.000,00. Considerando tais informações e, ainda, de acordo com a NBC TG 31 (R4) – Ativo circulante mantido para venda e operação descontinuada, é correto afirmar que os valores contábeis líquidos da frota de veículos nos balanços patrimoniais em 31/12/2021 e em 30/09/2022 foram, respectivamente:

- A) R\$ 2.160.000,00 e R\$ 1.755.000,00.
- B) R\$ 2.160.000,00 e R\$ 2.100.000,00.
- C) R\$ 2.460.000,00 e R\$ 2.055.000,00.
- D) R\$ 2.460.000,00 e R\$ 2.100.000,00.
- E) R\$ 2.500.000,00 e R\$ 2.100.000,00.

Questão 14

Para elaborar os fluxos de caixa da Cia. Aços Planos e Curvos, considere os seguintes balanços patrimoniais e demonstração do resultado do exercício:

Balanço patrimonial da Cia. Aços Planos e Curvos (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante	510.000	412.000	Passivo circulante	224.000	152.000
Caixa e equivalentes de caixa	130.000	80.000	Financiamentos	30.000	20.000
Estoques	150.000	120.000	Fornecedores	90.000	75.000
Clientes	210.000	190.000	IR e CSLL a recolher	20.000	17.000
Tributos a recuperar	20.000	12.000	Salários a pagar	30.000	27.000
Dividendos a receber	-	10.000	Dividendos a pagar	54.000	13.000
Ativo não circulante	920.000	665.000	Passivo não circulante	220.000	170.000
Investimentos	170.000	90.000	Financiamentos	220.000	170.000
Imobilizado	750.000	575.000			
			Patrimônio líquido	986.000	755.000
			Capital social	800.000	650.000
			Reservas de lucros	186.000	105.000
Total do ativo	1.430.000	1.077.000	Total do passivo e do patrimônio líquido	1.430.000	1.077.000

Demonstração do resultado da Cia. Aços Planos e Curvos (Em milhares de reais)

	2022
Receita líquida de vendas	1.850.000
Custo das mercadorias vendidas	- 1.210.000
(=) Lucro bruto	<u>640.000</u>
Despesas gerais e administrativas	- 370.000
Despesas de vendas	- 130.000
Receitas financeiras	15.000
Despesas financeiras (encargos dos financiamentos)	- 20.000
Receita de equivalência patrimonial	<u>20.000</u>
Lucro antes do IR e CSLL	155.000
IR e CSLL	- 20.000
Lucro líquido do exercício	<u>135.000</u>

Informações complementares referentes ao exercício findo em 31/12/2022 (em milhares de reais):

- não houve venda ou baixa de ativo imobilizado e a depreciação registrada no resultado foi de R\$ 30.000,00;
- a rubrica Investimentos registra somente participações societárias em sociedades controladas, as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Não houve venda ou baixa de participação societária;
- não houve amortização de financiamentos. Os encargos financeiros dos financiamentos também não foram pagos;
- os sócios integralizaram R\$ 150.000,00, sendo R\$ 100.000,00 em depósitos bancários e R\$ 50.000,00 com a transferência de propriedade de um terreno;
- na demonstração dos fluxos de caixa, os juros (encargos financeiros dos financiamentos), os dividendos pagos e os dividendos recebidos são classificados conforme a NBC TG 03 (R3) encoraja.

Para elaborar a demonstração dos fluxos de caixa da Cia. Aços Planos e Curvos, do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, considerando exclusivamente os balanços patrimoniais, a demonstração do resultado e as informações complementares apresentadas, os caixas líquidos das atividades de investimento e de financiamento foram, respectivamente:

- Consumido de R\$ 215.000 e gerado de R\$ 127.000.
- Consumido de R\$ 215.000 e gerado de R\$ 140.000
- Consumido de R\$ 255.000 e gerado de R\$ 140.000.
- Consumido de R\$ 255.000 e gerado de R\$ 160.000.
- Consumido de R\$ 265.000 e gerado de R\$ 127.000.

Questão 15

Considerando o disposto na NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado (DVA), analise as afirmativas a seguir.

- I. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela entidade, compondo o valor adicionado a distribuir. Um dos componentes da riqueza são as receitas com venda de mercadorias, produtos e serviços, que devem ser apresentadas pelos valores líquidos dos tributos incidentes (como exemplo: ICMS; IPI; ISS; PIS; e, COFINS).
- II. Na DVA, também há a apresentação de valores que não transitaram pela demonstração do resultado do exercício. Por exemplo, os valores referentes a gastos com a construção de ativos da própria entidade para o seu próprio uso devem ser apresentados como receitas na DVA.
- III. Os dividendos distribuídos relacionados ao resultado do exercício corrente e os dividendos distribuídos com base nos lucros retidos de exercícios anteriores devem ser apresentados como distribuição do valor adicionado na rubrica Remuneração de capitais próprios.
- IV. São exemplos de riquezas que não são criadas pela própria entidade e que devem ser apresentadas como valor adicionado recebido em transferência: aluguel; equivalência patrimonial; receita financeira; receita de *royalties*; e, dividendos de sociedades investidas avaliadas pelo custo. Esses valores não compõem o valor adicionado bruto.
- V. Os aluguéis pagos ou creditados a terceiros e as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos obtidos junto a sociedades empresárias do grupo devem ser apresentados como distribuição do valor adicionado na rubrica Remuneração de capitais de terceiros.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e IV.
- B) II e V.
- C) II, IV e V.
- D) III, IV e V.
- E) I, III, IV e V.

Questão 16

Determinado contador foi nomeado como perito do juízo em uma ação de contestação do administrador por parte dos sócios. Durante a leitura dos autos, para se familiarizar com o objeto e objetivo da perícia, percebeu que se tratava de uma pequena empresa e que, com o objetivo da adoção plena da NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, em 30 de agosto de 2013, o CTG 1000 – Adoção plena da NBC TG 1000, tendo realizado análise do processo de implementação da NBC TG 1000 sob vários aspectos. Considerando o disposto sobre a CTG 1000 – Adoção plena da NBC TG 1000, marque V para as afirmativas verdadeiras e F as falsas.

- () Em 2012, com a edição da ITG 1000 – Modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte, o CFC contribuiu para a flexibilização da adoção da NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, por entidades assim definidas.
- () As iniciativas promovidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* previram ciclos de revisão das normas editadas, haja vista as dificuldades de implementação das normas editadas em cada jurisdição.
- () O Brasil, por ter sido um dos últimos países da América Latina a adotar *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, especialmente para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs), necessitou de um período maior para compreensão e implementação dos novos padrões.
- () As entidades classificadas como Pequenas e Médias Empresas (PMEs), que não conseguiram adotar todos os requisitos totais ou parciais da NBC TG 1000 até o exercício de 2013, não poderão mais fazê-lo, até que seja divulgada nova normatização sobre o tema.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) F, V, F, F.
- C) F, V, F, V.
- D) V, F, V, V.
- E) V, V, F, F.

Questão 17

O perito contábil X foi nomeado pelo juízo em ação movida por sócio retirante de uma pequena empresa que presta serviços na área de desenvolvimento de *softwares*, questionando o fato de que a empresa assumiu um projeto personalizado e significativo para um cliente que realizou o pagamento à vista de R\$ 52.000,00, correspondente ao valor total da receita estimada do serviço; os custos totais estimados do projeto são de R\$ 35.000,00 e a execução do projeto será durante o período de julho/2022 a junho/2023. No mês de janeiro de 2023, mediante a retirada do sócio, encontravam-se contabilizados nos registros contábeis e apresentados nas Demonstrações Contábeis de 2022, os valores de R\$ 15.750,00 de custos incorridos e de R\$ 28.600,00 de passivo. Tal questionamento foi esclarecido ao sócio retirante, tendo em vista que a empresa emprega o método de percentagem completada para o reconhecimento da receita pela proporção dos custos incorridos dos trabalhos executados até a data em relação aos custos totais. Considerando o disposto na NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas, o valor da receita a ser reconhecida no ano 2023 corresponde a:

- A) R\$ 17.000,00.
- B) R\$ 19.250,00.
- C) R\$ 23.400,00.
- D) R\$ 28.600,00.
- E) R\$ 36.250,00

Questão 18

Um contador foi nomeado para atuar como perito do juízo em uma ação de cobrança judicial; ao analisar os autos para conhecer o objeto e o objetivo da perícia, verificou que a requerente se tratava de uma média empresa. Considerando o disposto na NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas, a empresa requerente deverá ser uma:

- A) Sociedade por ações fechada, cujos valores mobiliários de sua emissão estejam sendo admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários; não possui dívidas no mercado e ativo em condição fiduciária perante grupo de terceiros amplo como um de seus principais negócios; não enquadrada como “sociedade de grande porte”, com obrigação pública de prestação de contas e obrigatoriedade à publicação das demonstrações contábeis.
- B) Sociedade por ações fechada, cujos valores mobiliários de sua emissão não estejam sendo admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários; mas, possui dívida no mercado e ativo em condição fiduciária perante grupo de terceiros amplo como um de seus principais negócios; não enquadrada como “sociedade de grande porte”, sem obrigação pública de prestação de contas e obrigatoriedade à publicação de suas demonstrações contábeis.
- C) Sociedade por ações fechada, cujos valores mobiliários de sua emissão não estejam admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários; não possui dívidas no mercado; não possui ativo em condição fiduciária perante grupo de terceiros amplo como um de seus principais negócios; não é enquadrada como “sociedade de grande porte”, não possui obrigação pública de prestação de contas e obrigatoriedade à publicação de suas demonstrações contábeis.
- D) Sociedade enquadrada como “sociedade de grande porte”; não constituída sob a forma de sociedade por ações submetidas às disposições da Lei nº 6.404/1976 sobre escrituração, elaboração de demonstrações contábeis e de auditoria independente; não possui valores mobiliários de sua emissão negociados no mercado de valores mobiliários; não possui dívidas no mercado e ativo em condição fiduciária perante grupo de terceiros amplo como um de seus principais negócios; possui obrigação, pública de prestação de contas e de publicação das demonstrações contábeis.
- E) Sociedade não constituída sob a forma de sociedade por ações; mas, submetidas às disposições da Lei nº 6.404/1976 sobre escrituração, elaboração de demonstrações contábeis e de auditoria independente; não possui valores mobiliários de sua emissão negociados no mercado de valores mobiliários; não possui dívidas no mercado e ativo em condição fiduciária perante grupo de terceiros amplo como um de seus principais negócios; enquadrada como “sociedade de grande porte”, sem obrigação pública de prestação de contas e de publicação das demonstrações contábeis.

Questão 19

Um perito contábil, ao efetuar a análise das Demonstrações Contábeis de uma associação sem fins lucrativos, verificou a seguinte estrutura do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial e, em outros documentos, as informações apresentadas a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	
Patrimônio Líquido:	
Capital Social	R\$ 10.000,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	R\$ 4.000,00
Total do Patrimônio Líquido	R\$ 14.000,00

Informações adicionais:

Capital Social sem Restrição: R\$ 7.000,00;

Capital Social com Restrição: R\$ 3.000,00.

Considerando o disposto na ITG 2002 (R1) – Entidade sem fins lucrativos, o perito deverá apontar que a forma correta de apresentação é:

A)

BALANÇO PATRIMONIAL	
Patrimônio Líquido	R\$
Patrimônio Social	R\$ 10.000,00
Patrimônio Social sem restrições	R\$ 7.000,00
Patrimônio Social com restrições	R\$ 3.000,00
Superavit/Deficit Acumulados	R\$ 4.000,00
Total do Patrimônio Líquido	R\$ 14.000,00

B)

BALANÇO PATRIMONIAL	
Patrimônio Líquido	R\$
Capital Social	R\$ 10.000,00
Patrimônio Social sem restrições	R\$ 7.000,00
Patrimônio Social com restrições	R\$ 3.000,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	R\$ 4.000,00
Total do Patrimônio Líquido	R\$ 14.000,00

C)

BALANÇO PATRIMONIAL	
Patrimônio Social	R\$
Capital Social	R\$ 10.000,00
Capital Social sem restrições	R\$ 7.000,00
Capital Social com restrições	R\$ 3.000,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	R\$ 4.000,00
Total do Patrimônio Líquido	R\$ 14.000,00

D)

BALANÇO PATRIMONIAL	
Capital Social	R\$
Patrimônio Social	R\$ 10.000,00
Patrimônio Líquido sem restrições	R\$ 7.000,00
Patrimônio Líquido com restrições	R\$ 3.000,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	R\$ 4.000,00
Total do Patrimônio Líquido	R\$ 14.000,00

E)

BALANÇO PATRIMONIAL	
Patrimônio Social	R\$
Patrimônio Líquido	R\$ 10.000,00
Capital Social sem restrições	R\$ 7.000,00
Capital Social com restrições	R\$ 3.000,00
Superavit/Deficit Acumulados	R\$ 4.000,00
Total do Patrimônio Líquido	R\$ 14.000,00

Questão 20

Tendo por base as disposições da NBC TSP 18 – Investimento em coligada e em empreendimento controlado em conjunto, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Deve ser aplicada somente por entidades investidoras com controle total sobre uma investida.
- B) É aplicada todas as entidades que tenham direitos de propriedade quantificáveis em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto.
- C) Estabelece bases para contabilização de investimentos em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial.
- D) Estabelece que a contabilização de investimentos em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto seja feita pelo método da equivalência patrimonial.
- E) Entende-se por influência significativa, o poder de participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais da entidade investida, mas sem controlar, individualmente ou conjuntamente, tais políticas.

Questão 21

Em busca da diversificação de riscos e maximização de retornos econômicos, empresas costumam fazer investimentos em outras entidades. Nesse contexto, uma entidade investida pode se tornar uma controlada, coligada, empreendimento controlado em conjunto ou outra modalidade de investimento da entidade investidora. A esse respeito, considerando as disposições da NBC TSP 18 – Investimento em coligada e em empreendimento controlado em conjunto, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Entende-se por coligada, uma entidade (investida) em que o investidor tenha influência significativa.
- B) Uma entidade perde a influência significativa sobre a investida quando perde o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais daquela investida.
- C) A propriedade substancial ou majoritária de uma investida por um outro investidor, legalmente e necessariamente, impossibilita a entidade controladora de ter influência significativa.
- D) Se uma entidade mantém direito de propriedade quantificável e detém pelo menos 20% do poder de voto da investida, presume-se que ela tenha influência significativa, salvo se claramente demonstrado o contrário.
- E) A perda de influência significativa de uma entidade sobre a investida pode ocorrer quando a coligada se torna sujeita ao controle de outro governo, tribunal ou administrador ou em consequência de acordo vinculante.

Questão 22

Tendo por base, exclusivamente, as disposições da NBC TSP Estrutura conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, assinale a afirmativa correta.

- A) A informação sobre os fluxos de caixa do governo ou de outra entidade do setor público contribui para as avaliações do desempenho e da liquidez e, também, da solvência da entidade.
- B) Os contribuintes proveem recursos ao governo ou a entidades do setor público voluntariamente, haja vista o Estado Democrático de Direito, e, por isso, detêm a prerrogativa de escolher se aceitam ou não os serviços prestados pela entidade do setor público.
- C) A função dos governos e de outras entidades do setor público é fornecer serviços que promovam o bem-estar dos indivíduos. Esses serviços são fornecidos como resultado de transações com contraprestações específicas em ambientes extremamente competitivos.
- D) Governos e outras entidades do setor público são legalmente obrigados a prestar contas exclusivamente àqueles que proveem os seus recursos. O atendimento das obrigações relacionadas à prestação de contas e responsabilização (*accountability*) requer adequação unicamente à legislação vigente.
- E) Em razão da maneira pela qual os serviços prestados pelas entidades do setor público são financiados, o atendimento das obrigações relacionadas à prestação de contas e responsabilização (*accountability*) não requer o fornecimento de informação sobre o desempenho da prestação dos serviços durante o exercício e nem sobre a capacidade de continuidade dos mesmos em exercícios futuros.

Questão 23

A atuação dos profissionais de contabilidade em processos judiciais deve guardar a necessária isenção e imparcialidade, a fim de atingir o objetivo de contribuir eficientemente para o correto deslinde das questões suscitadas nos autos. Considerando o disposto na NBC PP01 (R1) e no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) Caso o perito nomeado seja tio de uma das partes, não há necessidade de se declarar impedido de atuar na causa.
- B) Somente a parte que requereu a perícia ao juiz poderá contar com assistente técnico, o qual estará sujeito às causas de impedimento, mas não às de suspeição.
- C) Karine, que figura como autora em ação judicial, não pode contratar Pedro, seu cônjuge e contador, como assistente técnico, pois tal providência incorreria em suspeição.
- D) Guilherme foi nomeado como perito em processo judicial no qual litiga instituição de ensino em que leciona. Nesse caso, não há impedimento caso Guilherme venha a atuar no caso.
- E) Maria foi nomeada perita em processo judicial e, ao ler os dados das partes, verifica um sobrenome familiar. Constata então que Antônia, sua prima, filha de sua tia Elisabete, com quem não convive há dez anos, figura como autora da ação. Tal fato, por si só, não configura impedimento ou suspeição para atuação de Maria no processo.

Questão 24

O perito, ao aceitar o múnus de atuar em processos, sejam eles judiciais ou extrajudiciais, tacitamente aceita as responsabilidades nas diversas esferas que são inerentes à sua função. Sobre o tema, considerando a NBC PP01 (R1), o Código de Processo Civil e o Código Civil, analise as afirmativas a seguir.

- I. O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas, além de outras sanções, ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de dois a cinco anos.
- II. A legislação civil estabelece que aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- III. O perito atuante em processo judicial que, sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe foi assinado, poderá ser substituído e, neste caso, restituirá, no prazo de quinze dias, os eventuais valores recebidos pelo trabalho não realizado, sob pena de ficar impedido de atuar como perito judicial pelo prazo de cinco anos.
- IV. Considera-se parcialidade, sujeitando-se à responsabilização civil, o perito atuante em processo judicial que fizer uso de trabalho técnico-científico anteriormente publicado que verse sobre matéria em discussão.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 25

João, devidamente registrado no Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis, foi nomeado perito em processo judicial tramitando na Comarca do Município onde exerce suas atividades profissionais. No processo, Maria é autora e tem o contador Manoel como assistente técnico, enquanto Ana é ré e conta com o contador José como assistente técnico. Somente Ana é beneficiária da gratuidade de justiça. Considerando o caso hipotético e as disposições do Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- A) se José for tio de Ana, não poderá atuar na causa, por se configurar causa de impedimento.
- B) se, ao final do processo, Ana for sucumbente, os honorários devidos a João serão rateados entre as partes.
- C) se João realizar perícia e for considerada inconclusiva, o juiz poderá nomear outro perito, vedada a percepção de qualquer valor por João.
- D) se João foi nomeado por requerimento formulado por Maria ao juiz, havendo necessidade de antecipação de seus honorários, o valor será rateado por ambas as partes.
- E) após a ciência da nomeação, João deverá apresentar, dentre outras informações, proposta de honorários no prazo de cinco dias, sobre a qual haverá posterior manifestação das partes; após, o juiz arbitrará o valor dos honorários.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Os textos das respostas das questões dissertativas serão avaliados quanto ao domínio do conteúdo dos temas abordados (demonstração de conhecimento aplicado) e da Língua Portuguesa aplicada.
- Para a avaliação, serão atribuídos, no máximo, 25 (vinte e cinco) pontos para cada questão.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo nos casos em que o examinando tenha solicitado condição especial e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverá ser observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas.
- As folhas de respostas dos textos definitivos das questões dissertativas não poderão ser assinadas, rubricadas e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que as identifiquem em outro local que não seja o estabelecido para isso, sob pena de anulação da resposta elaborada pelo examinando. Elas serão os únicos documentos válidos para a avaliação das questões dissertativas.
- As folhas para rascunho constantes no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não serão consideradas para fins de avaliação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora (nome, apelido, número de registro profissional, UF, dentre outros) na folha destinada à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.

Questão 01**O caso da perícia em ação de dissolução total de sociedade**

O contador Cirino foi nomeado para atuar na função de perito do juízo em uma ação de dissolução total de uma sociedade e, portanto, envolvia a apuração e certificação do valor dos elementos patrimoniais na data do evento definido em juízo. Durante a etapa de execução, realizou os seguintes procedimentos:

- a) verificou livros contábeis, demonstrações contábeis, registros de transações e demais documentos pertinentes ao objetivo, para identificar ativos, passivos, provisões, ativos e passivos contingentes, histórico financeiro da empresa etc.;
- b) visitou as instalações da empresa para verificar existência quantitativa e condição física qualitativa dos ativos tangíveis, móveis e imóveis, documentando sua situação e qualquer dano, desgaste ou obsolescência por meio de fotos e formulário;
- c) consultou gestores da empresa e funcionários-chave para obter informações, especialmente sobre os ativos intangíveis e contratos em andamento; e, fornecedores e clientes para entender as relações contratuais e qualidade das mercadorias entregues pela empresa;
- d) avaliou os valores dos ativos e passivos da empresa, considerando a avaliação de ativos tangíveis com base em métodos de depreciação, para ativos intangíveis com base em critérios como fluxo de caixa descontado, para passivos contingentes como processos judiciais pendentes com base em método quantitativo;
- e) atestou que as informações obtidas contribuem para formação da prova pericial, tendo em vista sua confiabilidade e obtenção de acordo com a legislação em vigor e normas e procedimentos de perícia contábil;
- f) assegurou, após verificação e confirmação, que os elementos probantes juntados aos autos são consistentes com as conclusões obtidas e as respostas dos quesitos propostos.

Considerando o disposto na NBC TP 01 (R1) – Perícia contábil e na Lei nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil, na situação hipotética apresentada, identifique os seis procedimentos periciais contábeis que foram utilizados pelo perito e disserte sobre cada um deles.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

Questão 02

Para atrair a instalação de uma fábrica em sua circunscrição, determinado estado brasileiro concedeu um pacote de doações, subvenções e incentivos fiscais a uma determinada indústria. As doações, subvenções e incentivos fiscais concedidos pelo estado para a indústria compreenderam:

1. Doação de máquina de grande porte, com vida útil estimada de dez anos, para integrar a planta industrial. O ente federativo não estabeleceu obrigações adicionais a serem cumpridas pela indústria para receber a propriedade dessa máquina.
2. Doação de um terreno a ser utilizado para a instalação da fábrica. De acordo com a legislação que regulamentou a subvenção, o terreno somente será de propriedade da indústria se abrigar a planta industrial. Tal obrigação foi cumprida pela indústria.
3. Redução do pagamento do imposto estadual que incide sobre a comercialização dos produtos fabricados pela indústria, mediante redução da alíquota nominal do imposto de 18% para 10%.

Em atenção às disposições da NBC TG 07 (R2) – Subvenção e assistência governamentais para a referida situação hipotética, disserte sobre:

- Os métodos possíveis para apresentação no balanço patrimonial dos ativos não monetários recebidos como subvenção governamental pela indústria;
- Como as receitas relacionadas a cada uma das subvenções governamentais obtidas pela indústria deverão ser reconhecidas no resultado do exercício e quais as possibilidades de apresentação na demonstração do resultado do exercício;
- Como deverá ser mensurado o valor inicial dos ativos não monetários recebidos pela indústria como subvenção governamental.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

RASCUNHO

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica em material transparente de tinta azul ou preta de ponta grossa. No ingresso na sala de aplicação de provas, os examinandos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os examinandos nem a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo, bem como equipamentos eletrônicos e/ou de comunicação, dentre eles: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pen drive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo ou pulseiras magnéticas e/ou similares, carteiras etc. O Instituto Consulplan não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos neles causados. No caso de o examinando, durante a realização das provas, ser surpreendido portando/utilizando quaisquer objetos ou aparelhos eletrônicos citados, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e o examinando será ELIMINADO, automaticamente, do Exame.
2. Será admitido o uso de máquina calculadora desde que não permita o armazenamento de texto.
3. O tempo de duração da prova objetiva de múltipla escolha é de 4 (quatro) horas e abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas).
4. O Caderno de Provas consta de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha e 2 (duas) questões dissertativas. Ao receber o material de realização das provas, o examinando deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde a sua área de conhecimento pleiteada, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o examinando deverá informar tal ocorrência ao fiscal de aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
5. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), sendo apenas uma única resposta correta de acordo com o enunciado da questão. Para cada questão haverá, no Cartão de Respostas, cinco campos de marcações (A, B, C, D e E).
6. No dia da aplicação das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou critérios de avaliação, considerando que é dever do examinando estar ciente das normas contidas em Edital.
7. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio de rascunho.
8. Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de prova somente após 2 (duas) horas do seu início, sendo também liberada a entrega do caderno de provas no momento de sua saída. Ao término da prova deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas, que serão utilizados para a correção da prova. O examinando que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do Exame.
9. Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas e procederem à assinatura do respectivo termo de registro em ata de aplicação. Caso algum dos examinandos insista em sair do local de aplicação antes de ser autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo examinando e testemunhado por 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador da unidade de provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Exame.
10. Ao término da prova, o examinando deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso e a utilização dos sanitários da unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos preliminares das questões objetivas serão divulgados no dia 13 de novembro de 2023.
- O examinando poderá apresentar recursos, desde que devidamente fundamentados, de 00h00min do dia 14 de novembro de 2023 às 23h59min do dia 16 de novembro de 2023. Para recorrer, o examinando deverá encaminhar sua solicitação ao Instituto Consulplan, por meio do campo de Interposição de Recursos, na página referente a este Exame de Qualificação Técnica (EQT), no endereço eletrônico do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.
- Os espelhos das respostas às questões dissertativas (imagem digital) serão disponibilizados na *internet*, no dia 20/12/2023, na página do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br), no ambiente do examinando.
- Os examinandos poderão solicitar revisão das questões dissertativas do EQT (QTG, Perícia, CVM, BCB, Susep e Previc), das 00h00min do dia 21/12/2023 até às 23h59min do dia 22/12/2023, devendo o pedido ser enviado ao Instituto Consulplan, conforme orientação constante no endereço eletrônico (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos pedidos de revisão via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.